

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº , DE 2018
(do Sr. Luiz Couto)

Requer a realização de audiência pública sobre a elaboração de um Plano de Monitoramento pelo Estado Brasileiro em relação às recomendações recebidas no mecanismo da Revisão Periódica Universal da Organização das Nações Unidas, bem como o lançamento de e-book sobre o mecanismo pelo Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) e Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE).

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutirmos a elaboração de um Plano de Monitoramento pelo Estado Brasileiro das recomendações recebidas no âmbito da Revisão Periódica Universal da ONU (RPU) e apresentar o e-book criado para disseminar a participação da sociedade civil no referido mecanismo. Solicito, ainda, que sejam convidadas a participar do evento as seguintes autoridades/organizações:

- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante do Ministério de Direitos Humanos;
- Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
- Representante do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa;
- Representante do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH).

JUSTIFICATIVA

Em 2017, o Estado Brasileiro passou pelo mecanismo da Organização das Nações Unidas (ONU) que visa analisar a situação interna de direitos humanos no país, ou seja, a Revisão Periódica Universal (RPU), com participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Deputados. Durante o terceiro ciclo da revisão, o Brasil recebeu 246 recomendações dos Estados-membros das Nações Unidas, entretanto, ainda não definiu os mecanismos de implementação e como se dará o monitoramento dessas recomendações.

Entre as recomendações aceitas pelo Brasil, se destacam os problemas da violência policial, da necessidade de reformas no sistema penal, de políticas que ampliem a igualdade racial e de gênero, o acesso a serviços públicos de qualidade (com especial atenção para a educação) bem como sobre a redução dos índices de pobreza.

No dia 27 de fevereiro deste ano, vários representantes do governo e da sociedade civil se reuniram na sede da Procuradoria Geral da República, em Brasília/DF, para discutir estas questões e o atual posicionamento do Estado Brasileiro durante a audiência pública intitulada “Revisão Periódica Universal no marco dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: por um plano nacional de monitoramento das recomendações”.

Durante o evento, ressaltou-se a necessidade de ampliar este debate para estimular o governo brasileiro a construir, um plano nacional de monitoramento das recomendações recebidas na RPU destinadas aos três poderes da República em todas as esferas.

Tendo em vista este cenário, é essencial a realização de Audiência Pública sobre a temática da RPU nesta Casa Legislativa como forma de garantir o diálogo prévio no que tange às informações que serão apresentadas pelo Brasil quando da elaboração do Plano de Monitoramento que pretende construir para implementar as mudanças propostas pelos Estados-membros na RPU. Além disso, o compartilhamento de boas práticas de monitoramento e implementação já mapeadas por organizações da sociedade civil brasileira poderá contribuir para legitimar, democraticamente, este processo.

Assim, proponho a realização da Audiência Pública para o tema, mediante convite das autoridades e organizações supracitadas, a ser realizada no dia 23 de maio de 2018, no Período vespertino.

Nesses termos, solicito o apoio dos nobres membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para a aprovação do requerimento.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 2018.

Deputado LUIZ COUTO

PT/PB